

Brasília, 22 de maio de 2024

Comitê de Elegibilidade Estratégica
Iniciativa de Bens Públicos Regionais
Vice-presidência de Setores e Conhecimento
Banco Interamericano de Desenvolvimento
BPR@iadb.org

Prezados Membros do Comitê,

A América Latina, em especial, a região Pan-amazônica, com seu vasto território e clima variado, enfrenta desafios no monitoramento, planejamento e logística, levando a ações de alto risco e custo. Tal situação promove um cenário de crimes e desastres, incluindo desmatamento ilegal, incêndios, mineração irregular e diversas fraudes. Os crimes transfronteiriços, assim entendidos aqueles que não se restringem às fronteiras de cada país, como acontece com garimpo ilegal, tráfico de drogas, contrabando e outros, representam uma ameaça que exige trabalho coordenado entre os países afetados. Múltiplas instituições públicas lutam para fiscalizar o uso do solo, recursos ambientais, agricultura e infraestrutura. Apesar das geotecnologias disponíveis, altos custos e dificuldades de gerenciamento limitam seu uso, resultando em instituições subutilizando ou mesmo divergindo em suas abordagens, dificultando um entendimento claro do que realmente ocorre.

As atividades ilegais relacionadas a este cenário têm um efeito devastador na bacia amazônica, a maior floresta tropical do mundo responsável pelo amortecimento das mudanças climáticas que aceleram a crise ambiental, com graves implicações para a saúde, os meios de subsistência e a segurança das comunidades locais (GI-TOC, 2023). Além disso, os crimes ambientais são um negócio lucrativo. Estima-se que esses mercados valham entre 110 e 281 bilhões de dólares por ano, com variações significativas de um mercado para outro. Enquanto o mercado de produtos ilegais de vida selvagem vale 20 bilhões de dólares (INTERPOL, 2023), estima-se que a mineração ilegal gere receitas de até 48 bilhões de dólares por ano para grupos do crime organizado (Nellemann, et al., 2018). As atividades de mineração ilegal se expandiram, e, segundo dados do Observatório Regional Amazônico (2024), existem 4.114 sites de mineração ilegal na Bacia Amazônica. Além disso, e mais importante, a mineração ilegal se sobrepõe a outras atividades criminosas, como lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, tráfico de pessoas, trabalho forçado e exploração sexual de mulheres e crianças (GI-TOC, 2016; UNODC, 2019; UNODC, 2023).

Vale dizer que as atividades dos grupos organizados são financiadas, em uma proporção significativa, por crimes ambientais. Essas atividades criminosas combinadas, incluindo a venda ou tributação de recursos naturais, representam 38% do financiamento dos conflitos e dos grupos armados não estatais, seguidas pelas drogas (com 28%) (Nellemann, et al., 2018). De fato, as regiões da Amazônia mais violentas e ecologicamente danificadas são aquelas que sofrem crimes ambientais, em particular mineração e extração de madeira ilegais. Essas áreas violentas se concentram em territórios frágeis, onde a presença estatal e os serviços sociais associados são extremamente limitados e que concentram desigualdades sociais e deficiências estruturais, afetando particularmente os povos indígenas e outras minorias (GI-TOC, 2023).

Assim, a Polícia Federal deu início há cerca de 3 anos ao Programa Brasil MAIS, projeto inovador que introduziu uma abordagem tecnológica de ponta no combate aos crimes ambientais e na gestão dos

recursos naturais e biodiversidade, revolucionando a forma como as instituições públicas atuam para proteger o meio ambiente. A integração de imagens de satélite de alta resolução, alertas automáticos e plataformas para compartilhamento sistemático de informações é única e sem precedentes, democratizando o acesso a essa tecnologia. A capacidade de monitorar diariamente todo o território, detectar mudanças sutis e gerar alertas precisos proporciona uma vantagem significativa sobre os métodos tradicionais de repressão e fiscalização. Essa combinação de tecnologia avançada, democratização e colaboração cria um paradigma inovador no enfrentamento de crimes ambientais e gestão de recursos naturais e biodiversidade, com o potencial de impactar positivamente a sociedade e o meio ambiente de maneira significativa.

Ciente de que os crimes praticados em cada um dos países têm impactos globais e que o combate a estes não pode ser feito de forma isolada, a Polícia Federal propõe atuar na liderança do projeto “Amazônia Segura e Sustentável: um modelo regional para prevenção, monitoramento e investigação da mineração ilegal e outros crimes ambientais”, que se baseia na ampliação do uso da tecnologia de sensoriamento remoto por satélites para todas as forças policiais dos países da Região Amazônica, bem como o compartilhamento da experiência adquirida pelo Brasil. Ademais, sugere que os representantes dos países atuem no Centro de Cooperação Policial Internacional, que está sendo estruturado pela Polícia Federal Brasileira na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas. Dessa maneira, as autoridades responsáveis pela aplicação da lei poderiam atuar de forma integrada na prevenção e combate aos crimes ambientais e aqueles derivados destes, prevenindo a extração e o transporte ilegais de ouro, madeira e outros bens.

A Polícia Federal do Brasil se compromete a apoiar e participar plenamente na execução do projeto regional, proposto para financiamento sob a Iniciativa para a Promoção de Bens Públicos Regionais (BPR) por US\$ 600.000. Para tal, a Polícia Federal do Brasil contribuirá com recursos não financeiros equivalentes a US\$ 15.000 em recursos humanos dedicados a este projeto. Essa contribuição financiará o tempo alocado por um ponto focal da Polícia Federal ao longo de um período de três anos para a implementação do projeto, por meio do desenvolvimento de atividades que incluem: apoio para desenvolver funções e competências de gestão de casos, participação em treinamentos, participação no mecanismo de diálogo, coordenação das atividades do projeto com outras entidades do setor de segurança pública e saúde pública no país, entre outras atividades.

O projeto seria executado ao longo de três anos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) devido ao seu papel estratégico em nível regional para coordenar e supervisionar a implementação de atividades, coordenar ações juntamente com os países beneficiários e o grupo de parceiros e especialistas, e oferecer uma plataforma que contribua para a sustentabilidade do projeto, em conexão com a Rede do Diálogo Regional sobre Política de Segurança Cidadã. Terá um Comitê Diretivo composto pelos países participantes, que designarão um ponto focal dedicado para atuar como representante e elo com o projeto. O programa seria gerido pelo Setor de Instituições para o Desenvolvimento (IFD), com a colaboração e apoio de parceiros internacionais de desenvolvimento.

Importante dizer que o BPR que a proposta tenta promover é uma prioridade para a Polícia Federal do Brasil uma vez que possibilitará o compartilhamento da sua experiência e melhores práticas, contribuirá para o desenvolvimento de instrumentos padronizados que serão úteis a nível regional, bem como auxiliará na criação de uma rede regional para a troca de conhecimentos, acesso a ferramentas e promoção da colaboração e cooperação entre países.

Considerando o exposto, a Polícia Federal do Brasil compromete-se, uma vez que os objetivos do projeto tenham sido alcançados, a continuar promovendo e apoiando o desenvolvimento do BPR utilizando os protocolos produzidos no projeto, implementando treinamentos sobre os protocolos destinados a oficiais, trocando informações, lições aprendidas e melhores práticas, participando da rede estabelecida no âmbito deste projeto, e promovendo a cooperação com os demais países participantes.

Atenciosamente,

Gustavo Paulo Leite de Souza
Diretor-Geral Substituto
Polícia Federal do Brasil



Documento assinado digitalmente

GUSTAVO PAULO LEITE DE SOUZA

Data: 22/05/2024 11:59:49-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

From: Daniele Beche <daniele.beche@planejamento.gov.br>
Sent: lunes, 23 de septiembre de 2024 17:52
To: Veiga da Silva, Claudia
Cc: João Luís Rossi; Dilso Marvell Marques; Arrunategui, Paola Maria; Uribe, Maria Camila; Valencia Arana, Oscar Mauricio; Cafferata, Fernando Gabriel; Torres Gracia, Daniel; Fioravanti, Reinaldo Daniel; Leon, Damaris; Nogueira Felipe Honorio; Garcia Nores, Luciana Victoria; Alvarado Vega, Veronica Maria; Tavares Sousa, Maria Elisa; Doyle, Morgan; Fábio Marvulle Bueno; Marcela Tetzner Laiz; Luiz Alfredo Mello Vieira; Mirian Campos Moraes e Silva Rosson
Subject: RE: Pedido de não objeção para financiamento do projeto selecionado na Chamada para a Iniciativa de Bens Públicos Regionais 2024

You don't often get email from daniele.beche@planejamento.gov.br. [Learn why this is important](#)

Prezada Claudia,

Em relação as 4 propostas selecionadas para financiamento no processo seletivo 2024 da Iniciativa Bens Públicos Regionais - RPG, das quais o Brasil participa, indicadas no e-mail abaixo (**Proposta 192 – Plataforma regional de Secretarias de Finanças das cidades sobre mudança climática da América Latina e Caribe/Proposta 224 – Fortalecimento das instituições fiscais para uma política fiscal consistente e economias sustentáveis, transparentes e inclusivas/Proposta 223 – Uma Amazônia segura e sustentável: um modelo regional para a prevenção, monitoramento e investigação da mineração ilegal e outros crimes ambientais/Proposta 230 – Transformando o transporte na Amazônia (TTA): políticas baseadas em evidências e investimento para promover a mobilidade inclusiva e sustentável na região da Amazônia**), [informo que a SEAID não possui objeções a aprovação.](#)

Apenas, gostaria de sanar algumas dúvidas e diferenças de valores que encontramos nas propostas:

Proposta 224 – Fortalecimento das instituições fiscais para uma política fiscal consistente e economias sustentáveis, transparentes e inclusivas: na tabela apresentada no e-mail constam como participantes Brasil, Colômbia, equador, El Salvador e Uruguai, porém no documento da proposta não fica claro qual será a participação de Uruguai e Equador, pois os 2 países não constam explicitamente no documento. Há também uma inconsistência no valor a ser alocado pelo BID na tabela apresentada no e-mail (USD 600,000) e no documento apresentado (USD 720,000).

Proposta 223 – Uma Amazônia segura e sustentável: um modelo regional para a prevenção, monitoramento e investigação da mineração ilegal e outros crimes ambientais: a tabela apresentada no e-mail traz um valor total a ser alocado pelo BID de USD 550,000, enquanto no documento o valor constante é de USD 540,000.

Agradeço pela atenção.

Att,



Ministério do Planejamento
e Orçamento

Daniele Beche

Coordenadora de Bancos Multilaterais

daniele.beche@planejamento.gov.br

(61) 2020-4292

Coordenação Geral de Instituições Financeiras Internacionais

Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

gov.br/planejamento

De: Veiga da Silva, Claudia <CVEIGA@iadb.org>

Enviado: terça-feira, 17 de setembro de 2024 10:20

Para: João Luís Rossi <joao.rossi@planejamento.gov.br>

Cc: Daniele Beche <daniele.beche@planejamento.gov.br>; Dilso Marvell Marques <dilso.marques@planejamento.gov.br>; Leonardo Lima Chagas <leonardo.chagas@planejamento.gov.br>; Arrunategui, Paola Maria <PAOLAA@iadb.org>; Uribe, Maria Camila <MURIBE@iadb.org>; Valencia Arana, Oscar Mauricio <OSCARVA@IADB.ORG>; Cafferata, Fernando Gabriel <FGCAFFERATA@IADB.ORG>; Torres Gracia, Daniel <DTORRES@iadb.org>; Fioravanti, Reinaldo Daniel <REINALDOF@IADB.ORG>; Leon, Damaris <DAMARISL@IADB.ORG>; Nogueira Felipe Honorio <FNOGUEIRA@IADB.ORG>; Garcia Nores, Luciana Victoria <lucianag@IADB.ORG>; Alvarado Vega, Veronica Maria <VMARIAA@IADB.ORG>; Tavares Sousa, Maria Elisa <MARIATAV@IADB.ORG>; Doyle, Morgan <MORGAND@iadb.org>

Assunto: Pedido de não objeção para financiamento do projeto selecionado na Chamada para a Iniciativa de Bens Públicos Regionais 2024

Prezado João Rossi,

Cumprimentando-o, gostaria de informá-lo que no dia 12 de agosto foi concluído o processo seletivo para o Edital 2024 da [Iniciativa Bens Públicos Regionais - RPG](#), priorizando projetos relacionados à coordenação de políticas e soluções à nível regional, enquadrados em um ou mais dos seguintes três (3) objetivos da [nova Estratégia Institucional do Grupo BID](#): (i) reduzir a pobreza e a desigualdade; (ii) abordar a mudança climática; e (iii) impulsionar o crescimento regional sustentável.

A Iniciativa Regional de Bens Públicos (RPG) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) baseia-se na premissa de que o BID deve apoiar seus clientes a enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de desenvolvimento que possam ser tratadas de forma mais eficaz e eficiente, por meio de ação coletiva e cooperação regional, agregando valor às intervenções nacionais. Desde 2005, a Iniciativa de RPG seleciona projetos por meio de Editais anuais.

O Governo do Brasil participa em 4 das 15 propostas selecionadas para financiamento em 2024, (cf. cartas de compromisso anexadas às propostas). Portanto, e para prosseguir com a registro e aprovação desse projeto, solicitamos a não objeção dessa Secretaria ao projetos no qual o Governo do Brasil participa, anexado à esta comunicação, correspondentes ao valor expresso abaixo:

Número de ID	Título da Proposta	Agência Executora	Países Participantes	Alocação (US\$)
192	Plataforma regional de secretários de finanças das cidades sobre mudança climática da América Latina e do Caribe.	Banco Interamericano de Desenvolvimento.	Argentina, Brasil, Colômbia	\$ 500.000,00
224	Fortalecimento das instituições fiscais para uma política fiscal consistente e economias sustentáveis, transparentes e inclusivas.	Banco Interamericano de Desenvolvimento.	Brasil, Colômbia, Equador, El Salvador, Uruguay	\$ 600.000,00
223	Uma Amazônia segura e sustentável: um modelo regional para a prevenção, monitoramento e investigação da mineração ilegal e outros crimes ambientais.	Banco Interamericano de Desenvolvimento.	Brasil, Colômbia, Equador, Peru, Suriname	\$ 550.000,00
230	Transformando o Transporte na Amazônia (TTA): políticas baseadas em evidências e investimentos para promover a mobilidade inclusiva e sustentável na região da Amazônia.	Banco Interamericano de Desenvolvimento.	Bolívia, Brasil, Colômbia	\$ 600.000,00

A documentação referente as propostas selecionadas na quais o Brasil participa está anexa, bem como a Ata de resultados do processo de seleção. ‘

Agradeceríamos, se possível, sua resposta até o dia **25 de setembro**.

Permanecemos à sua disposição para responder a quaisquer perguntas sobre esta solicitação.

Atenciosamente,

Cláudia Veiga

Especialista Senior

Coordenadora de Cooperações Técnicas - CBR

BID Brasil

Lima, 22 de mayo de 2023

Comité de Elegibilidad Estratégica
Iniciativa de Bienes Públicos Regionales
Vicepresidencia de Sectores y Conocimiento
Banco Interamericano de Desarrollo
BPR@iadb.org

Estimados Miembros del Comité:

La Policía Nacional de Perú se compromete a apoyar y participar plenamente en la ejecución del proyecto regional “Amazonas Seguro y Sustentable: Un modelo regional para la prevención, monitoreo e investigación de la minería ilegal y otros delitos ambientales”, propuesto para financiamiento bajo la Iniciativa para la Promoción de Bienes Públicos Regionales por US\$ 600,000. Para ello, la Policía Nacional de Colombia contribuirá con recursos en especie equivalentes a US\$ 15,000 en recursos humanos dedicados a este proyecto. Esta contribución financiará el tiempo asignado por un punto focal de la Policía durante un período de tres años para la implementación del proyecto, a través del desarrollo de actividades que incluyen: el apoyo para desarrollar funciones y competencias de gestión de casos, la participación en entrenamientos, la participación en el mecanismo de diálogo, la coordinación de actividades del proyecto con otras entidades del sector de la seguridad pública y salud pública en el país, entre otras actividades.

El proyecto será ejecutado durante un período de tres años por el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) debido a su rol estratégico a nivel regional para coordinar y supervisar la implementación de actividades, coordinar acciones junto con los países beneficiarios y el grupo de socios y expertos, y ofrecer una plataforma que contribuya a la sostenibilidad del proyecto, en conexión con la Red del Diálogo Regional sobre Política de Seguridad Ciudadana. Tendrá un Comité Directivo compuesto por los países participantes, que designarán un punto focal dedicado para actuar como representante y enlace con el proyecto. El programa será gestionado por IFD, con la colaboración y el apoyo de socios internacionales de desarrollo.

El BPR que la propuesta intenta promover es una prioridad para la Policía Nacional de Colombia porque responderá al aumento de crímenes ambientales en la zona amazónica. Las actividades de los grupos organizados están financiadas, en una proporción significativa, por delitos ambientales. Estas actividades criminales combinadas, incluida la venta o la tributación de recursos naturales, representan el 38% de la financiación de los conflictos y de los grupos armados no estatales, seguidas de las drogas (con un 28%) (Nellemann, et al., 2018). De hecho, las regiones del Amazonas más violentas y ecológicamente dañadas son aquellas que sufren delitos ambientales, en particular minería y tala ilegales. Desde 2020, hubo al menos 21 masacres en el departamento colombiano de Putumayo. Estas áreas violentas se concentran en territorios frágiles, donde la

presencia estatal y los servicios sociales asociados son extremadamente limitados y que concentran desigualdades sociales y deficiencias estructurales, afectando particularmente a los pueblos indígenas y otras minorías (GI-TOC, 2023).

Las actividades ilegales tienen un efecto devastador en la cuenca del Amazonas, el principal amortiguador del mundo contra el cambio climático que acelera la crisis ambiental, con graves implicaciones para la salud, los medios de vida y la seguridad de las comunidades locales (GI-TOC, 2023). Asimismo, los delitos medioambientales son un negocio lucrativo. Se estima que estos mercados valen entre 110 y 281 mil millones de dólares al año, con variaciones significativas de un mercado a otro. Si bien el mercado de productos ilegales de vida silvestre vale 20 mil millones de dólares (INTERPOL, 2023), se estima que la minería ilegal proporciona ingresos de hasta 48 mil millones de dólares por año a los grupos del crimen organizado (Nellemann, et al., 2018). Las actividades mineras ilegales se han expandido, según datos del Observatorio Regional Amazónico (2024) existen 4.114 sitios de minería ilegal en la Cuenca Amazónica. Además, y lo que es más importante, la minería ilegal se superpone con otras actividades delictivas como el lavado de dinero, el tráfico de drogas, la trata de personas, el trabajo forzoso y la explotación sexual de mujeres y niños (GI-TOC, 2016; UNODC, 2019; UNODC, 2023).

En consecuencia, participar en el BPR permitirá a Perú compartir su experiencia y mejores prácticas y contribuir al desarrollo de instrumentos estandarizados que serán útiles a nivel regional, así como formar parte de una red regional para el intercambio de conocimientos, acceso a herramientas y la promoción de la colaboración y cooperación entre países, y fortalecer algunos de los desafíos actuales contra la los crimines ambientales.

Considerando lo anterior, la Policía Nacional de Perú se compromete, una vez que se hayan alcanzado los objetivos del proyecto, a continuar promoviendo y apoyando el desarrollo del BPR utilizando los protocolos producidos en el proyecto, implementando entrenamientos sobre los protocolos dirigidos a funcionarios, intercambiando información, lecciones aprendidas y mejores prácticas, participando en la red establecida en el marco de este proyecto, y promoviendo la cooperación con los demás países participantes.

Atentamente,



OA - 200899
Gregorio Martín VILLALON TRILLO
GENERAL PNP
DIRECTOR DE MEDIO AMBIENTE PNP



PERÚ

Ministerio de Relaciones Exteriores

Agencia Peruana de Cooperación Internacional

Dirección Ejecutiva

"Decenio de la Igualdad de Oportunidades para mujeres y hombres"

"Año del Bicentenario, de la consolidación de nuestra Independencia y de la Conmemoración de las heroicas batallas de Junín y Ayacucho"

Miraflores, 1 de octubre del 2024

CARTA N° 0246-2024-APCI/DE

Señor

EZEQUIEL CAMBIASSO

Jefe de Operaciones

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO - BID | JEFATURA DE OPERACIONES

Calle Dean Valdivia 148, piso 10

San Isidro

Asunto: Solicitud de "No Objeción" .

Referencia: CARTA N° O-CAN/CPE-1929/2024

De mi consideración:

Es grato dirigirme a usted, en relación a su atenta comunicación de la referencia mediante la cual el Banco Interamericano de Desarrollo – BID, informa sobre el proceso de selección llevado a cabo en la Convocatoria de Propuestas 2024 de la "Iniciativa Bienes Públicos Regionales (BPR)", donde el Perú participará en 5 de las 15 propuestas seleccionadas a través de distintas instituciones:

N°	Propuesta	Ejecutora	Institución participante de Perú	Países participantes	Monto US\$
1	Sistema de Monitoreo y Pronóstico Hidrológico e Hidrodinámico frente a las inundaciones fluviales en la región andina -amazónica del Perú, Ecuador y Bolivia.	BID	Bolivia, Ecuador y Perú;	Policía Nacional del Perú – Dirección de Medio Ambiente PNP	500,000.00
2	Coalición verde de Bancos Públicos de Desarrollo	BID	Bolivia, Ecuador y Perú;	El Banco de Desarrollo del Perú COFIDE	500,000.00





PERÚ

Ministerio de Relaciones Exteriores

Agencia Peruana de Cooperación Internacional

Dirección Ejecutiva

"Decenio de la Igualdad de Oportunidades para mujeres y hombres"

"Año del Bicentenario, de la consolidación de nuestra Independencia y de la Conmemoración de las heroicas batallas de Junín y Ayacucho"

3	Una Amazonia segura y sostenible: un modelo regional para la prevención, monitoreo e investigación de la minería ilegal y otros delitos ambientales	BID	Brasil., Colombia, Ecuador, Perú, Surinam;	Policía Nacional del Perú – Dirección de Medio Ambiente PNP	550,000.00
4	Hacia la interconexión eléctrica del continente americano	BID	Colombia, Ecuador, Perú	Ministerio de Energía y Minas – Viceministerio de Electricidad	475,000.00
5	Desarrollo de marcos de referencia para la recopilación de información sobre grupos de población diversa.	Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso) Chile	Chile, Colombia, Ecuador, Honduras, México y Perú.	Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI)	475,000.00

Al respecto, esta Agencia otorga la “No Objeción” a los proyectos seleccionados en la iniciativa de Bienes Públicos Regionales (BPR), considerando que contribuirá con los países beneficiarios a enfrentar desafíos, contar con nuevas estrategias, esquemas y mecanismos de cooperación que les permitirá fortalecer sus iniciativas de desarrollo.

Atentamente,



Firmado digitalmente por:

NOELA MARIA EUFEMIA PANTOJA CRESPO

Directora Ejecutiva (e)

Motivo: Soy autor del documento

Adjuntos.

1. Solicitud de Conformidad.docx
2. NOTA-INFORMATIVA-0051-2024-APCI-DGNI-MJN.pdf
3. INFORME- SOLICITUD NO OBJECIÓN BIENES PÚBLICOS REGIONALES.pdf

CUD. 14585-2024
DGNI/MJN



Quito, 21 de mayo de 2024

Comité de Elegibilidad Estratégica
Iniciativa de Bienes Públicos Regionales
Vicepresidencia de Sectores y Conocimiento
Banco Interamericano de Desarrollo
BPR@iadb.org

Estimados Miembros del Comité:

Desde el Ministerio del Interior de Ecuador, nos dirigimos a ustedes para manifestar nuestro decidido interés en formar parte del proyecto "Amazonas Seguro y Sustentable: Un modelo regional para la prevención, monitoreo e investigación de la minería ilegal y otros delitos ambientales", propuesto para financiamiento bajo la Iniciativa para la Promoción de Bienes Públicos Regionales del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), con un monto total de USD 600,000.

Reconociendo la gravedad y el impacto negativo de la minería ilegal y otros delitos ambientales en la región amazónica, consideramos que este proyecto es esencial para fortalecer la cooperación y la acción conjunta entre los países involucrados: Ecuador, Perú, Brasil, Colombia y Surinam. La iniciativa busca desarrollar y aplicar tecnologías avanzadas y estrategias de coordinación regional para prevenir y combatir estos delitos, protegiendo el ecosistema amazónico y las comunidades que dependen de él.

Los objetivos del proyecto, tales como la implementación de una plataforma de monitoreo que combine imágenes satelitales, alertas automatizadas de inteligencia artificial y un panel de gestión de cumplimiento, son esenciales para mejorar nuestras capacidades de prevención y respuesta ante la explotación ilegal de recursos naturales. Además, la técnica innovadora para rastrear y verificar la legalidad del oro y la madera, utilizando isótopos para certificar su origen, será una herramienta valiosa para la persecución de estos delitos y para promover la transparencia en la cadena de suministro. El Ecuador cuenta con la capacidad técnica y la voluntad política de llevar a cabo proyectos de esta envergadura que tengan un impacto regional y fomente la lucha contra la delincuencia organizada transnacional.

Asimismo, este proyecto fortalecerá la cooperación entre los organismos de seguridad y justicia de los países participantes, promoviendo el intercambio de

información e inteligencia, y capacitando a nuestras fuerzas del orden en técnicas de identificación y recolección de evidencia. La colaboración con entidades como AMERIPOL, CICTE, CAN, CLASI, INTERPOL y UNODC CRIMJUST garantizará una respuesta más eficaz y coordinada a los delitos ambientales.

El Ministerio del Interior del Ecuador se compromete a apoyar la implementación de las herramientas y estrategias propuestas, así como a participar activamente en las actividades de capacitación y colaboración internacional. Estamos convencidos de que este proyecto contribuirá significativamente al desarrollo sostenible y la protección de nuestras comunidades vulnerables en la región amazónica.

Agradecemos al BID por la oportunidad de ser parte de esta importante iniciativa y expresamos nuestra disposición para trabajar de la mano con los países hermanos y las entidades involucradas para alcanzar los objetivos planteados.

Atentamente,



firmado electrónicamente por:
GUIDO PATRICIO
NÚÑEZ TORRES

Guido Patricio Núñez

Subsecretario de Seguridad Pública

Ministerio del Interior de Ecuador

Oficio Nro. MEF-MEF-2024-1066-O

Quito, D.M., 03 de octubre de 2024

Asunto: (BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO) BIENES PÚBLICOS REGIONALES, SOLICITUD DE NO OBJECION PARA PROYECTOS SELECCIONADOS

Señor

Juan Carlos De la Hoz Vinas

Representante del BID en Ecuador

BANCO INTERAMEICANO DE DESARROLLO

En su Despacho

Conocido el oficio CAN/CEC-919/2024, a través del cual, se solicita la no objeción a las cooperaciones técnicas no reembolsables que ejecutará el BID, bajo la iniciativa Bienes Públicos Regionales, a fin de aportar y fortalecer temas alineados a las estrategias del grupo BID, : (i) reducir la pobreza y la desigualdad; (ii) abordar el cambio climático; e (iii) impulsar el crecimiento regional sostenible. Conocedores que el Ecuador ha calificado para participar en 7 propuesta de ATNs, bajo las siguientes temáticas :

- Sistema de monitoreo y pronóstico hidrológico e hidrodinámico frente a inundaciones fluviales en la región andina-amazónica de Perú, Ecuador y Bolivia;
- Desarrollo de marcos de referencia para la recopilación de información sobre grupos de población diversa
- Hacia la interconexión eléctrica del continente americano
- Coalición verde de Bancos Públicos de Desarrollo
- Una Amazonía segura y sostenible: un modelo regional para la prevención, monitoreo e investigación de la minería ilegal y otros delitos ambientales.
- Fortalecimiento de las instituciones fiscales para una política fiscal consistente y economías sostenibles, transparentes e inclusiva.
- Plataforma regional para la formación de personas cuidadoras de adultos mayores

Es de interés para el Ecuador, ser partícipe de éstas iniciativas regionales y ser beneficiario de las mismas, por tal motivo, extendemos nuestra conformidad para avanzar con lo solicitado.

Atentamente,

Oficio Nro. MEF-MEF-2024-1066-O

Quito, D.M., 03 de octubre de 2024

Documento firmado electrónicamente

Sr. Juan Carlos Vega Malo
MINISTRO DE ECONOMÍA Y FINANZAS

Referencias:

- MEF-DGDA-2024-12305-E

Anexos:

- bienes_públicos_regionales_2024_(003).pdf

Copia:

Señor Economista
Vicente Ortiz Gómez
Asesor

Señora Doctora
Silvana Elizabeth Peñaherrera Toledo
Directora de Relaciones Internacionales

vog/gecr



Firmado electrónicamente por:
JUAN CARLOS VEGA
MALO



MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
POLICÍA NACIONAL
DIRECCIÓN DE CARABINEROS Y PROTECCIÓN AMBIENTAL
SECRETARÍA PRIVADA

No. GS-2024-

/ DICAR – JEFAT – 29.25

Bogotá D.C, 22 de mayo de 2024

Señores
COMITÉ DE ELEGIBILIDAD ESTRATÉGICA
Iniciativa de Bienes Públicos Regionales
Vicepresidencia de Sectores y Conocimiento
Banco Interamericano de Desarrollo
BPR@iadb.org

Asunto: solicitud autorización asistencia clases sincrónicas Especialización Reconstrucción
Accidente de Tránsito

La Policía Nacional de Colombia se compromete a apoyar y participar plenamente en la ejecución del proyecto regional “Amazonas Seguro y Sustentable: Un modelo regional para la prevención, monitoreo e investigación de la minería ilegal y otros delitos ambientales”, propuesto para financiamiento bajo la Iniciativa para la Promoción de Bienes Públicos Regionales por US\$ 600,000. Para ello, la Policía Nacional de Colombia contribuirá con recursos en especie equivalentes a US\$ 15,000 en recursos humanos dedicados a este proyecto. Esta contribución financiará el tiempo asignado por un punto focal de la Policía durante un período de tres años para la implementación del proyecto, a través del desarrollo de actividades que incluyen: el apoyo para desarrollar funciones y competencias de gestión de casos, la participación en entrenamientos, la participación en el mecanismo de diálogo, la coordinación de actividades del proyecto con otras entidades del sector de la seguridad pública y salud pública en el país, entre otras actividades.

El proyecto será ejecutado durante un período de tres años por el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) debido a su rol estratégico a nivel regional para coordinar y supervisar la implementación de actividades, coordinar acciones junto con los países beneficiarios y el grupo de socios y expertos, y ofrecer una plataforma que contribuya a la sostenibilidad del proyecto, en conexión con la Red del Diálogo Regional sobre Política de Seguridad Ciudadana. Tendrá un Comité Directivo compuesto por los países participantes, que designarán un punto focal dedicado para actuar como representante y enlace con el proyecto. El programa será gestionado por IFD, con la colaboración y el apoyo de socios internacionales de desarrollo.

El BPR que la propuesta intenta promover es una prioridad para la Policía Nacional de Colombia porque responderá al aumento de crímenes ambientales en la zona amazónica. Las actividades de los grupos organizados están financiadas, en una proporción significativa, por delitos ambientales. Estas actividades criminales combinadas, incluida la venta o la tributación de recursos naturales, representan el 38% de la financiación de los conflictos y de los grupos armados no estatales, seguidas de las drogas (con un 28%) (Nellemann, et al., 2018). De hecho, las regiones del Amazonas más violentas y ecológicamente dañadas son aquellas que sufren delitos ambientales, en particular minería y tala ilegales. Desde 2020, hubo al menos 21

masacres en el departamento colombiano de Putumayo. Estas áreas violentas se concentran en territorios frágiles, donde la presencia estatal y los servicios sociales asociados son extremadamente limitados y que concentran desigualdades sociales y deficiencias estructurales, afectando particularmente a los pueblos indígenas y otras minorías (GI-TOC, 2023).

Las actividades ilegales tienen un efecto devastador en la cuenca del Amazonas, el principal amortiguador del mundo contra el cambio climático que acelera la crisis ambiental, con graves implicaciones para la salud, los medios de vida y la seguridad de las comunidades locales (GI-TOC, 2023). Asimismo, los delitos medioambientales son un negocio lucrativo. Se estima que estos mercados valen entre 110 y 281 mil millones de dólares al año, con variaciones significativas de un mercado a otro. Si bien el mercado de productos ilegales de vida silvestre vale 20 mil millones de dólares (INTERPOL, 2023), se estima que la minería ilegal proporciona ingresos de hasta 48 mil millones de dólares por año a los grupos del crimen organizado (Nellemann, et al., 2018). Las actividades mineras ilegales se han expandido, según datos del Observatorio Regional Amazónico (2024) existen 4.114 sitios de minería ilegal en la Cuenca Amazónica. Además, y lo que es más importante, la minería ilegal se superpone con otras actividades delictivas como el lavado de dinero, el tráfico de drogas, la trata de personas, el trabajo forzoso y la explotación sexual de mujeres y niños (GI-TOC, 2016; UNODC, 2019; UNODC, 2023).

En consecuencia, participar en el BPR permitirá a Colombia compartir su experiencia y mejores prácticas y contribuir al desarrollo de instrumentos estandarizados que serán útiles a nivel regional, así como formar parte de una red regional para el intercambio de conocimientos, acceso a herramientas y la promoción de la colaboración y cooperación entre países, y fortalecer algunos de los desafíos actuales contra los criminales ambientales.

Considerando lo anterior, la Policía Nacional de Colombia se compromete, una vez que se hayan alcanzado los objetivos del proyecto, a continuar promoviendo y apoyando el desarrollo del BPR utilizando los protocolos producidos en el proyecto, implementando entrenamientos sobre los protocolos dirigidos a funcionarios, intercambiando información, lecciones aprendidas y mejores prácticas, participando en la red establecida en el marco de este proyecto, y promoviendo la cooperación con los demás países participantes.

Atentamente,



Coronel **WILLIAM CASTAÑO RAMOS**
Director de Carabineros y Protección Ambiental

Elaboró: TC. Juan Gómez
DICAR - PLANE

Avenida Boyacá No. 142A-55
Teléfonos: 5159000
Dicar.jefat@policia.gov.co
www.policia.gov.co

INFORMACIÓN PÚBLICA

OFICIO

Código: A-FO-102 | Versión: 11 | Fecha: Julio 30 de 2024

Bogotá, 24 de septiembre de 2024

Señor

RAMIRO LÓPEZ-GUIO

Representante del BID en Colombia
Banco Interamericano de Desarrollo
Carrera 7 No 71 21 Torre B Piso 19
BOGOTA D.C

ASUNTO: No Objeción a proyectos de Colombia seleccionados en el marco de la Iniciativa de Bienes Públicos Regionales (BPR).

Respetado Representante,

De manera atenta deseo referirme a los proyectos con participación de entidades colombianas, seleccionados por el Banco Interamericano de Desarrollo-BID, en el marco de la *Convocatoria 2024 de la Iniciativa de Bienes Públicos Regionales (BPR)*:

Nombre del Proyecto	Países Participantes	Asignación Presupuestal (USD)
Plataforma regional de secretarios de finanzas de ciudades sobre cambio climático en América Latina y el Caribe	Argentina, Brasil, Colombia	\$ 500.000,00
Coalición ver de Bancos Públicos de Desarrollo	Bolivia, Brasil, Colombia, Ecuador, Perú, Surinam	\$ 500.000,00

Código de Verificación (CSV): 29e1040de46a0330a98006774d340530900f4268 Nº Referencia: OFI24-00000556 URL de Verificación: https://aplicaciones-apc.gov.co/impulsa/csvValidation.do	
Doc. original firmado por CARLOS EDUARDO QUINTERO CIFUENTES (Asesor)	En fecha 24/09/2024 14:30:08



Agencia Presidencial de Cooperación Internacional de Colombia, APC Colombia

Teléfono: (+57) 601 601 2424 | Línea gratuita: 01 8000 41 37 95 | Código postal: 110221

Dirección: Carrera 10 No. 97A - 13, Torre A, Piso 6 | Bogotá D.C., Colombia

www.apccolombia.gov.co

Página: 1/3

OFICIO

Código: A-FO-102 | Versión: 11 | Fecha: Julio 30 de 2024

Fortalecimiento de las instituciones fiscales para una política fiscal consistente y economías sostenibles, transparentes e inclusivas	Brasil, Colombia, Ecuador, El Salvador, Uruguay	\$	600.000,00
Una Amazonía segura y sostenible: un modelo regional para la prevención, monitoreo e investigación de la minería ilegal y otros delitos ambientales	Brasil, Colombia, Ecuador, Perú, Surinam	\$	550.000,00
Transformando el Transporte en la Amazonía (TTA): políticas basadas en evidencia e inversiones para promover la movilidad inclusiva y sostenible en la región de Amazonía.	Bolivia, Brasil, Colombia	\$	600.000,00
Hacia la interconexión eléctrica del continente americano	Colombia, Ecuador, Perú	\$	475.000,00
Desarrollo de marcos de referencia para la recopilación de información sobre grupos de población diversa	Chile, Colombia, Ecuador, Honduras, México, Perú	\$	475.000,00
Plataforma regional de formación de personas cuidadoras de adultos mayores	Colombia, República Dominicana, Ecuador, El Salvador, México, Uruguay	\$	600.000,00

Al respecto, desde la Agencia Presidencial de Cooperación Internacional de Colombia, consideramos que estas cinco (5) iniciativas regionales contribuyen a los objetivos y acciones planteadas en el Plan Nacional de Desarrollo 2022-2026, los lineamientos de política exterior del país, la Estrategia Nacional de Cooperación Internacional 2023-2026 y la Agenda 2030, específicamente, en temas prioritarios como i) Educación y salud para enfrentar la pobreza y la desigualdad; (ii) Seguridad alimentaria (acceso, producción y comercio); (iii) Mitigación y adaptación al cambio climático, y apoyo para cumplir las metas

Código de Verificación (CSV): 29e1040de46a0330a98006774d340530900f4268 Nº Referencia: OFI24-00000556 URL de Verificación: https://aplicaciones-apc.gov.co/impulso/csvValidation.do	
Doc. original firmado por CARLOS EDUARDO QUINTERO CIFUENTES (Asesor)	En fecha 24/09/2024 14:30:08



OFICIO

Código: A-FO-102 | Versión: 11 | Fecha: Julio 30 de 2024

del Acuerdo de París por parte de los países de América Latina y el Caribe; y (iv) Profundización de la integración regional en términos de infraestructura física y digital sostenible para impulsar el comercio y la productividad.

En concordancia con lo anteriormente expuesto, APC Colombia emite su No Objeción a los referidos proyectos, esperando una implementación exitosa de los mismos a cargo de las entidades gubernamentales involucradas.

De antemano, agradecemos nos puedan mantener informados sobre los avances en la ejecución de estas iniciativas.

Atentamente,

CARLOS EDUARDO QUINTERO CIFUENTES
Coordinador de Cooperación Multilateral

Proyectó: **Yully Ramírez**
Revisó: **Carlos Quintero Cifuentes**
Etiquetado: **Público**

Código de Verificación (CSV): 29e1040de46a0330a98006774d340530900f4268 Nº Referencia: OFI24-00000556 URL de Verificación: https://aplicaciones-apc.gov.co/impulsa/csvValidation.do	
Doc. original firmado por	En fecha
CARLOS EDUARDO QUINTERO CIFUENTES (Asesor)	24/09/2024 14:30:08





MINISTERIE VAN FINANCIËN & PLANNING

Directoraat Planning en Ontwikkelingsfinanciering

Henck Arronstraat 36 – Paramaribo – Telefoon: (597) 471324

Email: secdirof@yahoo.com

La OF 2241511

Paramaribo, 5 June 2024

Mrs. Adriana La Valley
Country Representative
Inter- American Development Bank
Country Office Suriname
Peter Brunetlaan 2 – 4

Subject : Request for Technical Assistance
Enclosure(s) : three (3)

Dear Mrs. La Valley,

With reference to your letter dated 21 May 2024, O-CCB/CSU-381/2024, we hereby wish to request your assistance for the Ministry of Justice and Police towards facilitating the approval process of the Technical Cooperation (TC) SU-T1156 Support to State Asset Surveillance Management System, SU-T1158 Digital Catalysts for National Development, SU-T1186 (Support to the Policing of Environmental Crimes in Suriname) and participation in the regional public goods project.

Please find attached the letter from the Ministry of Justice and Police including the endorsement letters.

Kindly note that the Ministry of Finance and Planning provides its non- objection to these TC's. The Ministry of Justice and Police informed us that as requested they will appoint in due time a focal point to serve as the primary contact for these TC's.

We are looking forward to the proposed meeting to discuss the following on June 17, 2024.

Hope to have informed you sufficiently and looking forward to the follow-up of this initiative.

Yours, sincerely,

Drs. I. Sandel, MPA
Permanent Secretary
Directorate of Planning and Development Finance

cc: PS Justice and Police



Email : csumail@iadb.org / Fax : 597-521229
Telephone: 597-521201
O-CCB/CSU-381/2024

Paramaribo, May 21, 2024

His Excellency Kenneth Amoksi
Minister of Justice and Police
Ministry of Justice and Police
Henck Arron Straat
Paramaribo

Subject: Technical Support on Environmental Policing

Dear Minister Amoksi,

I hope this letter finds you well. I write to seek confirmation of the interest of the Government of the Republic of Suriname in technical support to enhance environmental policing efforts in Suriname.

Two upcoming initiatives are possible, contingent upon the receipt of letters of request by the Government of the Republic of Suriname.

1. Ongoing Technical Cooperation

We first want to note the ongoing collaborations related to environmental policing that we have facilitated through two existing Technical Cooperation (TC) projects:

a) *Support to State Asset Surveillance Management System (SU-T1156)*

This TC project was approved in December 2022 for US\$100K, with the first activity completed under this cooperation being a collaboration with the Global Partnership for Sustainable Development Data (GPSDD) for US\$35K that involved training 32 civil servants from 9 government agencies on the potential use of Earth Observation (satellite) data for monitoring Artisanal and Small-Scale Mining (ASM).

The second activity under SU-T1156, scheduled for June 2024 with a budget of US\$65K, entails a feasibility analysis towards developing an Electronic Environmental Surveillance System. This System will leverage existing law enforcement capacities and digital platforms to enhance surveillance and intervention against environmental crimes, such as ASM or trafficking.

The feasibility analysis will include (i) a crime script analysis of environmental crime(s) considered a priority by the Ministry that will be undertaken by an international criminal justice expert procured by the Bank; (ii) consultations with key law enforcement personnel and hinterland community stakeholders to collaboratively identify possible interventions by the state to address these issues; and (iii) a prospective costing and outlining of key next steps to develop a viable digital solution/platform for monitoring natural resources.



b) *Digital Catalysts for National Development (SU-T1158)*

Under this TC project that was approved in October 2022 for US\$430K, the IDB has committed to support the design and implementation of a geospatial tracking system for mining personnel with an allocation of US\$110K. However, to avoid duplication of efforts among government agencies and their respective development partners, we propose a collaborative approach that will be spearheaded by the soon-to-be-established Ministry of Spatial Planning and Environment (ROM).

2. Proposed Initiatives: Technical Cooperation (SU-T1186) and Regional Public Good

a) *Support to the Policing of Environmental Crimes in Suriname*

We can also propose the preparation of an TC project for approval in June 2024, with resources amounting to US\$65K available to support improved environmental policing outcomes. This initiative can seek to broker a partnership between JUSPOL and the Brazilian Federal Police (DPF) in the use of a shared satellite resource for Amazonian countries to combat various crimes, including environmental offenses like illegal gold extraction. Please see the link for a depiction of this resource: <https://plataforma-pf.scon.com.br/#/>. This technical support would involve (i) the hiring of at least one policy advisor to facilitate the production of technical inputs required by JUSPOL under this initiative; and (ii) the delivery of capacity building for Ministry personnel to use this shared resource.

b) *Secure and Sustainable Amazon: A regional model for the prevention, monitoring and investigation of illegal mining and other environmental crimes*

The IDB's Citizen Security and Justice team is facilitating collaboration on the prevention, monitoring, and investigation of illegal mining and other environmental crimes among police forces in several countries that share the Amazon such as Ecuador, Peru, Brazil and Colombia. This proposed US\$600K regional public good (RPG) project would seek to diagnose, monitor and provide tools for actions against environmental crimes such as illegal mining and logging); help local communities create a sustainable development strategy for vulnerable populations in the Amazon region; and pilot specific alternative livelihood projects. It is designed with a multinational perspective to address transnational crime affecting the region, making use of scientific technologies for effective law enforcement and alternative development.

3. Next Steps

To proceed with the proposed initiatives, we would require the following:

1. A letter of request for technical assistance that will come from the Ministry of Finance and Planning (MoFP) to the Bank, towards facilitating the approval process of Technical Cooperation SU-T1186 and participation in the regional public good project.
2. The naming of a focal point within the Ministry who will serve as our primary contact for coordination on the environmental policing portfolio.
3. Your availability during the week of June 17th, 2024, for a meeting with our team to discuss the execution of these projects and other areas of collaboration.



Should you have any questions or require further information, please do not hesitate to contact us.

We look forward to your positive response and our continued partnership.

Sincerely,

Adriana La Valley

Adriana La Valley
Country Representative of the IDB

SW



Aan: de Minister van Financiën en Planning.
Dhr. Kermechend S. Raghoebarsing
Alhier

**MINISTERIE
VAN
JUSTITIE EN POLITIE**

Ons kenmerk:
sm24/04332

Uw kenmerk:

Plaats/Datum:
Paramaribo, 29 mei 2024

Onderwerp: technische ondersteuning van de IDB aan het ministerie van Justitie en Politie

Geachte collega,

Refererend aan het schrijven d.d. 28 mei 2024 inzake het onderwerpelijke, worden hierbij twee brieven ter ondersteuning van het verzoek aan u aangeboden. Het betreft de:

1. Letter of Request on Environmental policing Suriname TC JUSPOL.
2. Letter of Commitment for RPG on Environmental policing Suriname

Volgaarne uw medewerking voor de spoedige afhandeling van het gevraagde.

Met collegiale groet,

De Minister van Justitie en Politie,

Handwritten signature of Kenneth Amoksi in blue ink, dated 29/05/24.

Dhr. mr. Kenneth Amoksi MSc.



Bijlagen:

- Schrijven d.d. 28 mei 2024 met ref. no. Sm24/ 04332
- Letter of Request on Environmental policing Suriname TC JUSPOL.
- Letter of Commitment for RPG on Environmental policing Suriname



MINISTERIE
VAN
JUSTITIE EN POLITIE

Aan: de Minister van Financiën en Planning
dhr. Kermechend S. Raghoebarsing
Alhier

Ons kenmerk:

SM24/04332

Uw kenmerk:

Plaats/Datum

Paramaribo, 28/05/2024

Onderwerp: technische ondersteuning van de IDB aan het ministerie van Justitie en Politie

Geachte collega,

Op verschillende momenten zijn er gesprekken gevoerd met de vertegenwoordigers van de Inter American Development Bank (IADB) in Suriname, inzake technische ondersteuning aan het ministerie van Justitie en Politie.

Onlangs is ervan uit de IADB het schrijven gedateerd 21 mei 2024 met kenmerk O-CCB/CSU-381/2024 ontvangen met lopende projecten en nieuwe project voorstellen die uitgevoerd zullen worden ter verbetering van de milieuhandhaving en veiligheid in Suriname.

Gaarne, zoals de procedure vereist, per schrijven het formele verzoek aan de IADB voor de technische ondersteuning aan het ministerie van Justitie en Politie te doen, zodat er spoedig een aanvang kan worden gemaakt met de zaken zoals genoemd in het eerdergenoemde schrijven.

Hierbij wordt het voorstel gedaan voor een onderhoud op maandag 17 juni 2024 met de volgende personen en/of organisaties:

1. De IADB;
2. De leiding van het ministerie van Justitie en Politie;
3. De leiding van het ministerie van Financiën en Planning;
4. De ministeriele Plan Unit bij het ministerie van Justitie en Politie en
5. De leiding van de verschillende korpsen bij het ministerie van Justitie en Politie.

Volgaarne uw medewerking voor de spoedige afhandeling van het gevraagde.

Met collegiale groet,

De Minister van Justitie en Politie

Dhr. mr. Kenneth Amoksi MSc



Bijlagen:

- Schrijven inzake het onderwerpelijke d.d. 21 mei 2024 met kenmerk O-CCB/CSU-381/2024
- Schrijven inzake lopende projecten d.d. 4 april 2024 met kenmerk O-CCB/CSU 245-2024

Paramaribo, 29 May 2023

Strategic Eligibility Committee
Regional Public Goods Initiative
Vice-presidency for Sectors and Knowledge
Inter-American Development Bank
BPR@iadb.org

Dear Members of the Committee,

The Ministry of Justice and Police of Suriname (JUSPOL) is dedicated to enhancing environmental policing to address pressing environmental challenges. To support this commitment, we are preparing a Technical Cooperation (TC) project with a budget of \$65,000, which we seek your approval for. The primary objective of this project is to improve environmental policing outcomes in Suriname.

Illegal gold extraction and other environmental crimes often involve transnational criminal networks operating across borders. By leveraging a shared satellite resource with Brazil, Suriname can significantly enhance its capacity to monitor and combat these transnational crimes effectively. This project aims to establish a partnership between the Surinamese Ministry of Justice and Police (JUSPOL) and the Brazilian Federal Police (DPF) to utilize shared satellite resources for Amazonian countries, focusing particularly on environmental offenses such as illegal gold extraction.

The project encompasses the following key components:

- **Technical Support and Policy Development:** We will provide the necessary technical inputs and develop policies to enable JUSPOL to effectively utilize the shared satellite resources.
- **Training Programs:** These programs will enhance the skills of the Ministry's personnel in using satellite resources for environmental law enforcement.

Strengthening Suriname's ability to combat environmental crimes aligns with our strategic objectives of sustainable development and conservation of natural resources. By addressing environmental offenses like illegal gold mining, the project will directly contribute to the conservation of environmental resources and biodiversity.

Furthermore, the project will involve hiring a policy advisor and implementing capacity-building initiatives. These efforts will bolster the institutional capacity of JUSPOL and other relevant stakeholders, enabling them to leverage advanced technology and international collaborations for effective environmental enforcement. The project will enhance enforcement capabilities, promote international cooperation with organizations such as the Brazilian Federal Police, and uphold the rule of law by deterring environmental

KTA

crimes, holding offenders accountable, and developing legal frameworks for environmental protection.

The project will be executed in collaboration with the Inter-American Development Bank (IDB) through the Innovation in Citizen Services Division (IFD/ICS). The Technical Cooperation (TC) will be conducted over a 12-month period, with actual implementation expected to take ten months. ||

We kindly request your support and approval for this initiative.

Sincerely,

H.E. Kenneth Amoksi
Minister
Ministry of Justice and Police


29/05/24

Paramaribo, 29 May 2023

Strategic Eligibility Committee
Regional Public Goods Initiative
Vice-presidency for Sectors and Knowledge
Inter-American Development Bank
BPR@iadb.org

Dear Members of the Committee:

The Ministry of Justice and Police of Suriname is fully committed to supporting and participating in the execution of the regional project **"A Safe and Sustainable Amazon: A regional model for the prevention, monitoring, and investigation of illegal mining and other environmental crimes"**. This project, proposed for financing under the Initiative for the Promotion of Regional Public Goods with a budget of US\$600,000, aims to enhance regional cooperation in addressing environmental crimes. To support this initiative, the Ministry will contribute in-kind resources equivalent to US\$ [amount] in human resources dedicated to the project. This contribution will cover the time allocated by a focal point from the Ministry over a three-year period, facilitating the project's implementation. Activities to be developed include: supporting the development of case management functions and competencies; participating in training sessions; engaging in the dialogue mechanism; coordinating project activities with other law enforcement and mining sector entities within the country. These efforts will ensure effective collaboration and enhanced capabilities in preventing and addressing environmental crimes in the Amazon region.

The project will be executed by the Inter-American Development Bank (IDB) for its strategic role at the regional level to coordinate and supervise the implementation of activities, coordinate actions together with the beneficiary countries and the group of partners and experts and offer a platform that contributes to the sustainability of the project, in connection with the Network of the Regional Dialogue on Citizen Security Policy. It will have a Steering Committee composed by the participating Amazonian countries, which will designate a dedicated focal point to act as a representative and liaison to the project. The program will be managed collaboratively by the IDB, the Brazilian Federal Police and the Governments of the beneficiary countries.

The RPG that the proposal promotes aims to diagnose, monitor and provide tools for actions against environmental crimes (mining and illegal logging) to help local communities create a sustainable development strategy for vulnerable populations in the Amazon region and pilot specific alternative development projects. It is designed with a multinational perspective to address transnational crime affecting the region, making use of scientific technologies for effective law enforcement and alternative development. It is also noteworthy to share that Suriname has experienced economic difficulties, which have affected public sector financing, including that of the police force which makes it more challenging to maintain order in all regions of Suriname.

K7A

Participating in the RPG will allow Suriname to share its experience and best practices and contribute to the development of standardized instruments that will be useful at the regional level, as well as be part of a regional network for the exchange of knowledge, access to tools and the promotion of collaboration and cooperation among countries and strengthen some of the current challenges against environmental crimes.

Considering the above, the Government of Suriname pledges, once the objectives of the project have been accomplished, to continue expanding the technological use of satellites for the prevention and prosecution of crimes, developing a monitoring and evaluation framework for effective cooperation among law enforcement agencies, promoting the effective exchange of information and intelligence among judicial and law enforcement agencies and to strengthening the investigative capacity of law enforcement agencies.

Sincerely,

H.F. Kenneth Amoksi
Minister
Ministry of Justice and Police

